

Fisicoquímica aplicada — métodos e aplicações — (3 períodos);

Análises eletrométricas aplicadas (Eletricidade e magnetismo. Medidas elétricas e aplicação) — (2 períodos);

Análises óticas aplicadas (Métodos óticos. Medidas óticas e aplicação) — (2 períodos).

O curso de especialização compreende o ensino especializado de qualquer um dos grupos abaixo discriminados e à escolha do candidato:

- a) Bioquímica aplicada;
- b) Tecnologia Industrial Aplicada;
- c) Analítica Aplicada.

Além das disciplinas de cada curso, poderão ser ministradas disciplinas facultativas, reconhecidamente necessárias, propostas pelo diretor do I.N.O. e com aprovação do ministro de Estado.

A distribuição das disciplinas em períodos será feita pelo diretor.

Os programas dos cursos serão organizados pelos respectivos professores, tendo em vista as necessidades do Instituto e o seu papel na formação técnica de especialistas para as instituições oficiais e particulares, cujos fins estejam de acôrdo com aqueles que lhe são inerentes.

O programa de cada disciplina dos cursos será dividido em partes, tendo em vista a organização das secções do Instituto e de maneira que cada uma possa ser lecionada, teórica ou praticamente, por um ou mais especialistas do Instituto.

As disciplinas comuns a mais de um curso, e com idêntico programa, poderão ser ministradas em comum.

Quando uma disciplina for ministrada em mais de um curso, com duração ou finalidade diversas, terá programa diferente.

Os programas dos cursos deverão ser orientados para a tecnologia-industrial aplicada.

## Os órgãos administrativos da economia de guerra nos Estados Unidos

Do *Boletim* da União Panamericana, com a devida vênia, transcrevemos o artigo seguinte, que, sob o título acima, foi publicado em seu número de março último:

Restrições, limitações prioridades, racionamentos, controles de toda sorte são expressões que se vão tornando cada vez mais familiares aos cidadãos dos países americanos, qualquer que seja a sua nacionalidade, qualquer que seja a sua situação na vida. São produtos da guerra que, embora, na sua maioria, ainda novos para a América, entraram na nossa vida quotidiana de modo tão rápido que antes mesmo de certificados de sua significação já estávamos sentindo os seus efeitos.

Destruída a normalidade dos tempos de paz, a guerra força os diversos governos a tomar medidas de caráter geral que venham assegurar uma distribuição por igual dos sacrifícios impostos pela nova situação criada, visando o bem-estar geral da nação. O controle rígido da economia nacional é hoje uma arma de guerra; arma essa que, usada pela Alemanha já antes da guerra, foi depois adotada pela Grã-Bretanha e sucessivamente integrada como parte do programa de guerra de todos os beligerantes. Não escaparam tão pouco à necessidade de controle as fontes de abastecimento de matérias primas e artigos de consumo. A política de racionamentos, de prioridades e de controle dos preços não é apenas ditada pela simples contingência econômica mas, como já é hoje por todos reconhecido, visa também sustentar o moral do público pela instituição dum tratamento igual para todos, pois só pode ser eficaz se contar com o apóio efetivo do povo e a sua colaboração.

Os leitores do BOLETIM, que tem acompanhado a publicação em suas colunas das medidas de guerra adotadas pelas

vinete e uma repúblicas americanas, desde o seu número de abril de 1942, devem ter notado que o racionamento, as medidas de controle, as restrições já vinham sendo verificadas em todos esses países com exceção dos Estados Unidos. Hoje, através dos múltiplos canais de comunicação, eles sabem que os cidadãos norte-americanos estão também vivendo sob um regime de prioridades, racionamento e controle que até bem pouco tempo parecia inconcebível neste país de tão grandes riquezas produzidas.

Esse problema assume, no entanto, nos Estados Unidos proporções formidáveis e, por isso mesmo, o número das medidas conducentes ao controle da vida econômica da nação é tão esmagador que não é possível registá-las todas no nosso BOLETIM. Em um país como os Estados Unidos, tão magnificamente provido de força produtiva e capacidade de consumo, qualquer tentativa de planificação nacional, ou controle mais generalizado, mesmo limitado a certos domínios, assume imediatamente proporções quasi astronômicas. Apesar disso, estão os Estados Unidos passando agora por uma profunda experiência de restrições e racionamento. Já antes de Pearl Harbor estavam em funcionamento no país vários mecanismos destinados a estabilizar os preços e assegurar a produção, e de aproveitamento dos recursos nacionais.

Vem a pêlo fazer-se aqui um ligeiro resumo dos diversos organismos que se vieram criando desde que estalou a guerra na Europa. Assim, pela Ordem Executiva número 8.629, de 7 de janeiro de 1941, foi organizado o Centro de Direção da Produção. Subordinadas a este organismo funcionaram as Secções de Produção, de Compras, de Prioridades, Trabalho, Distribuição de Contratos, Abastecimento Civil e Materiais. Sua principal finalidade era a de incrementar a produção destinada à defesa nacional, graças à mobilização dos recursos nacionais e das suas possibilidades industriais. Uma outra Ordem Executiva,

a de n. 8.875, de 28 de agosto de 1941, instituiu a Junta de Distribuição de Prioridades e Quotas, cujo fim era o de unificar e coordenar todos os esforços concernentes ao fornecimento e distribuição de materiais entre os diversos setores do programa de defesa nacional, combinando-os com as necessidades da produção para uso civil. Depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, êsses dois organismos foram abolidos, sendo as suas funções absorvidas pela Junta de Produção de Guerra, de acordo com a Ordem Executiva, n. 9.024, de 16 de janeiro de 1942, e a Ordem Executiva n. 9.040, de 24 de janeiro do mesmo ano (vejam-se Estados Unidos 32 e 36, BOLETIM, abril de 1942). A Junta de Produção de Guerra exerce a direção geral de todo o programa da produção bélica, procurando incentivar ao máximo a fabricação de munições e apetrechos de guerra, coordenando para tanto a mobilização econômica geral do país e aproveitando sistemática e racionalmente todos os recursos da nação.

A Diretoria de Contrôlo dos Preços e Abastecimento Civil foi criada pela Ordem Executiva n. 8.734, de 11 de abril de 1941. Pela Ordem n. 8.875, de 28 de agosto de 1941, a Secção de Distribuição aos Cívís foi transferida para o Centro de Direção da Produção, tendo o nome da organização sido mudado para o que tem atualmente, isto é, Diretoria de Contrôlo dos Preços. As funções dêste organismo passaram a ser sobretudo de estabilização dos preços e de proteção dos interesses do consumidor. Em 1942, porém, a Lei de Contrôlo dos Preços de Emergência (veja-se Estados Unidos, 42, BOLETIM de abril de 1942) veio substituir as Ordens Executivas acima citadas, criando a Diretoria de Contrôlo dos Preços sob a chefia do Administrador dos Preços. A esta repartição é que cabe hoje em dia estabilizar os preços e rendas, evitar os males da especulação, do excesso de lucro, do açambarcamento e outras manipulações e manobras. A ela cabe ainda auxiliar a tarefa de incrementar a produção, de conservar o material evitando que as verbas existentes para a defesa sejam malbaratadas na aquisição de materiais a preços excessivos; de proteger os interesses das pessoas com rendas; de evitar maiores dificuldades às escolas, universidades, instituições públicas e privadas; e, finalmente, de evitar uma queda generalizada de valores ao fim da guerra, organizando os meios para o consecução de tais objetivos.

A Junta de Defesa Econômica foi criada pela Ordem Executiva n. 8.839, de 30 de julho de 1941, para o fim de "desenvolver e coordenar os planos e medidas destinados a proteger e reforçar as relações econômicas internacionais dos Estados Unidos no interesse da defesa nacional". Autorizada pela Ordem Executiva n. 8.900, de 15 de setembro de 1941, a Junta assumiu os deveres até então da alçada do Administrador do Contrôlo das Exportações. A Ordem n. 8.982, de 17 de dezembro de 1941, mudou o nome da mesma Junta para o de Junta da Guerra Econômica.

A partir de então, o contrôlo econômico geral, abrangendo todos os aspectos do problema, passou a ser exercido pela Junta de Produção de Guerra, pela Direção do Contrôlo dos Preços e a Junta de Guerra Econômica.

A indústria, em todos os seus ramos e ramificações, está sujeita às ordens restritivas e à regulamentação da Junta de Produção de Guerra. Essa organização determina as

restrições quanto à qualidade e quantidade dos produtos que podem ser manufaturados, a distribuição do material, as prioridades, e regulamenta o fornecimento e a distribuição. A orientação é a de colocar em primeiro lugar as cousas mais importantes; o povo norteamericano, decidido a vencer o Eixo, resolveu sem hesitação que os canhões, tanques, navios e aviões são mais importantes que os automóveis, refrigeradores, rádios, vitrolas, utensílios metálicos, e todos os demais produtos que antes eram fabricados em tão grande escala para tornar a vida mais fácil e agradável. As restrições são de duas espécies: há as que são impostas aos fabricantes na utilização das matérias primas vitais, muitas das quais hoje não se podem obter com tanta facilidade, e que precisam ser reservadas para a produção essencial de guerra; e há as que limitam a produção em consequência do deslocamento havido nas atividades industriais. As fábricas que antigamente produziam artigos de consumo civil — despertadores, máquinas de lavar roupa e ferros de engomar elétricos, refrigeradores, automóveis, etc. — hoje estão fabricando material bélico ou acessórios para o mesmo. Quer se trate de ratoeiras, automóveis, galochas, lâmpadas elétricas, sabão, tecidos, etc., não há quasi nenhum artigo que não esteja sujeito a restrições de um ou de outro gênero, impostas pela Junta de Guerra Econômica.

O racionamento do consumo é feito pela Diretoria de Contrôlo dos Preços. A sede dessa organização é em Washington, mas é evidente que uma atividade que atinge diretamente os 132 milhões de consumidores dos Estados Unidos não pode ser dirigida exclusivamente da Capital. Para uma administração eficiente, é necessária uma extensa rede de ramificações pelo país. A Diretoria de Contrôlo dos Preços tem, pois, oito agências regionais que coordenam o trabalho dos organismos estaduais, que por sua vez instalam juntas locais de racionamento em cada localidade do país. Até agora, só o açúcar, o café e a carne estão racionados. Outros artigos cujo racionamento está afetando diretamente uma grande parte dos consumidores norteamericanos são a gasolina e o óleo combustível, pneumáticos, automóveis, bicicletas e máquinas de escrever.

O tabelamento dos preços, para evitar a especulação e a elevação excessiva dos preços dos artigos de primeira necessidade, é outra função da Diretoria de Contrôlo dos Preços. Em 28 de abril de 1942 foi baixada uma tabela geral de preços máximos (veja-se a América e a Guerra, Estados Unidos 121, BOLETIM de julho de 1942), fixando os preços das mercadorias de primeira necessidade e dos serviços. Segundo a definição do Controlador dos Preços, sob a designação de mercadorias ficam compreendidos todos os gêneros, produtos e materiais, inclusive contratos de compra e venda ou fornecimento dos mesmos, excluídos, porém, os bens imóveis. Sob a designação de serviços fica compreendido todo serviço prestado, excetuado o que é feito na qualidade de empregado (ou salariado), que se relacione com o processamento, distribuição, armazenagem, instalação, reparos ou negociação de compra e venda de quaisquer mercadorias e em geral quaisquer serviços que venham aumentar o valor ou a utilidade de uma mercadoria. As mercadorias que o Controlador dos Preços classificou de primeira necessidade, ou sejam as que do ponto de vista do público consumidor constituem artigos essenciais para o consumo diário, compreendem o fumo,

drogas e remédios, artigos de toilette e diversos; roupas e fazendas; gêneros alimentícios tais como frutas, legumes e caldos de fruta em conserva, carnes, etc. Além dos desses gêneros e serviços chamados de primeira necessidade, aquela Diretoria fixou inúmeros outros preços, tais como os de gasolina e óleo combustível, artigos manufaturados de toda sorte, e aluguéis.

Ao lado do problema de aceleração da produção, a cargo da Junta de Produção de Guerra, e do controle dos preços e defesa dos interesses da população consumidora, a cargo da Diretoria de Controle dos Preços, ficava ainda a desafiar os esforços do Governo o problema cada vez mais agudo da luta contra a inflação. Nesse sentido foi criada, com a lei de 2 de outubro de 1942 destinada a reforçar a luta contra a inflação, que veio emendar a Lei de Controle de Emergência dos Preços do mesmo ano, a Diretoria da Estabilização Econômica, diretamente subordinada à Direção dos Serviços de Emergência da Presidência da República. Além de um Diretor, o novo organismo é composto de um conselho constituído pelos Secretários do Tesouro, da Agricultura, do Comércio e do Trabalho, do Presidente da Junta Nacional do Trabalho de Guerra e de dois representantes do Trabalho, dois da Indústria e dois da Lavoura, a serem nomeados pelo Presidente da

República. As funções do Diretor consistem em traçar e pôr em prática uma orientação geral de caráter nacional em matéria de controle do poder aquisitivo da população civil, de preços, rendas, ordenados, salários, lucros, racionamento, subsídios e todos os assuntos correlatos, visando sobretudo evitar o aumento no custo da vida, reduzir ao mínimo as migrações de trabalho de um ramo industrial para outro, de uma região para outra. Cabe, para esse fim, à nova organização, dar instruções a respeito às secretarias do Governo Federal e demais repartições e agências públicas afetadas.

A orientação seguida pelo BOLETIM na publicação de medidas de controle econômico adotadas pelos Estados Unidos tem sido e continuará a ser a de incluir todas as leis, resoluções ou ordens relacionadas com a criação de organismos administrativos de guerra, e as ordens administrativas de tais organismos quando o seu alcance atinge o povo dos Estados Unidos em conjunto, como por exemplo o racionamento do açúcar e da gasolina, deixando porém de enumerar as muitas ordens e regulamentos que afetam apenas um ou no máximo uns poucos artigos do complexo mecanismo da produção e do consumo norteamericano. O *Federal Register* dos Estados Unidos pode ser consultado para maiores detalhes em relação com essas medidas.

